

RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO NA EJA E O RENDIMENTO ESCOLAR

Antonio Carlos dos Santos Cruz ¹

RESUMO

A avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na mensuração do rendimento escolar, influenciando diretamente a permanência e o êxito dos estudantes. O presente estudo investiga como os diferentes métodos avaliativos impactam o desempenho dos alunos da EJA, considerando as especificidades desse público, como histórico de evasão, múltiplas jornadas de trabalho e desafios socioeconômicos. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica baseada em autores como Luckesi e Paulo Freire, abordando a concepção da avaliação formativa e emancipatória. Utilizando a metodologia explicativa, o estudo busca compreender os impactos das práticas avaliativas na motivação e no aprendizado dos estudantes da EJA. Os resultados indicam que abordagens avaliativas tradicionais, focadas na memorização e na padronização, tendem a desestimular o aprendizado, contribuindo para a evasão escolar. Em contrapartida, práticas avaliativas mais flexíveis e dialógicas, pautadas na valorização das experiências dos alunos, favorecem o engajamento e um melhor rendimento escolar. Conclui-se que a avaliação na EJA deve ser um instrumento de inclusão e fortalecimento da aprendizagem, adaptando-se às necessidades e particularidades dos estudantes, visando garantir uma educação mais equitativa e significativa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Avaliação da Aprendizagem, Rendimento Escolar, Metodologia Avaliativa, Inclusão Educacional.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um papel central no enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil, proporcionando acesso ao conhecimento formal para indivíduos que, por diversas razões, não concluíram sua formação básica no período regular. Nesse contexto, a aplicabilidade da gramática normativa emerge como um tema de relevância significativa, especialmente por representar uma ferramenta essencial para a construção da competência comunicativa e da cidadania dos estudantes. Contudo, os desafios relacionados à sua implementação nos currículos da EJA são muitos, considerando as especificidades de seus públicos-alvo, que incluem trajetórias de vida marcadas por lacunas educacionais e experiências sociais diversas.

¹ Doutor em Educação, Técnico Administrativo em Educação da UFES, antoniocscruz@gmail.com



A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ajuda a diminuir as desigualdades educacionais no Brasil. Ela dá acesso ao conhecimento formal para quem não terminou a escola na idade certa. A gramática normativa é muito importante nesse contexto, pois ajuda a melhorar a comunicação e a cidadania dos alunos.

Porém, colocar a gramática normativa nos currículos da EJA é um grande desafio. Isso porque os alunos têm vidas e experiências diferentes. Eles enfrentam desafios educacionais e sociais.

Um grande desafio da EJA é avaliar o que os alunos aprendem. Essa avaliação deve levar em conta a vida dos alunos, suas dificuldades e motivações. Isso ajuda a manter os alunos na escola e a ajudá-los a ter sucesso.

A avaliação pode ser feita de várias maneiras. Pode ser tradicional ou focar no desenvolvimento do aluno. Teóricos como Luckesi (2011) e Freire (1996) defendem práticas avaliativas que ajudam o aluno a crescer. Entender como essas práticas afetam os alunos da EJA é crucial para melhorar a educação.

Este estudo busca entender a relação entre a avaliação e o sucesso escolar na EJA. Usará uma análise detalhada e revisão de livros. O objetivo é mostrar como diferentes métodos de avaliação afetam os alunos. Também queremos discutir a importância de avaliações mais flexíveis e adaptadas aos alunos.

2 METODOLOGIA

Abordar-se-á a pesquisa de método explicativo e como caracteriza Marconi e Lakatos (2011):

“A pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica” (Lakatos e Marconi, 2011, Editora Atlas).

A pesquisa explicativa exige maior investimento em síntese, teorização e reflexão a partir do objeto de estudo.

Este estudo utiliza como método de abordagem o método dedutivo, partindo-se do princípio de que se todas as premissas são verdadeiras, em consequência a conclusão deve ser verdadeira. Segundo LAKATOS E MARCONI (2003), toda a informação ou conteúdo fatorial da conclusão já deve estar, pelo menos implicitamente nas premissas. Os



argumentos dedutivos ou estão certos ou errados, ou as premissas sustentam completamente as conclusões ou não a sustentam, se a lógica for inversa.

No que tange aos aspectos metodológicos, o presente artigo utilizou a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, ela se caracteriza por ser.

[...] Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Ademais, considerando os sujeitos em seus próprios termos, há que se falar em uma contextualização cultural, um estudo dialético, pois:

[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 75).

Para tanto, considerando esta como uma investigação cuidadosa com a aplicação de avaliação crítica e síntese de informações selecionadas, foram sintetizadas evidências relacionadas ao tema específico abordado nesse trabalho. Assim, a pesquisa para referido estudo consistiu na utilização de livros, artigos acadêmicos e dados secundários relativos ao tema, possuindo uma abordagem teórica e de natureza qualitativa.

Segundo Gil (2002, p. 46), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Como relata Lakatos e Marconi (2003, p.158), a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Também foi usada a pesquisa documental, que, como diz Gil (2002, p.45), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” É também uma pesquisa descritiva que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada



população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Gil (2002, p. 42).

A importância do ensino do EJA

A educação de jovens e adultos (EJA) é um direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Contudo, no Brasil, a EJA enfrenta desafios significativos relacionados ao acesso, permanência e qualidade da oferta educacional, especialmente para as populações mais vulneráveis. Esse cenário reflete não apenas disparidades socioeconômicas, mas também a ausência de políticas públicas eficazes que garantam a inclusão educacional desses indivíduos, historicamente marginalizados no sistema educacional formal.

Ao longo das últimas décadas, diversos programas e iniciativas foram implementados com o intuito de ampliar a escolarização de jovens e adultos, muitos dos quais abandonaram a educação regular por razões diversas, como a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho ou a ausência de infraestrutura educacional em áreas periféricas e rurais. No entanto, a alta taxa de evasão e a baixa qualidade do ensino são fatores que ainda dificultam o alcance dos objetivos traçados para a modalidade.

Partindo-se do pressuposto de que para haver um ensino produtivo da gramática normativa para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para que essa aprendizagem esteja atrelada às reais necessidades desse alunado, tem-se como ponto de partida, evidenciar a importância de o professor ler não somente uma bibliografia requintada de gramáticos renomados, como também, ler o elemento principal de sua atuação: o aluno. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra.” (FREIRE, 2005, p.9). Desse modo, é papel do professor ter a sensibilidade de entender o que o estudante precisa e quer aprender, discutir as demandas desse aluno e, a partir dessa interação, estabelecer uma construção de conhecimento linguístico e gramatical baseada em um conteúdo que atenda às expectativas do público da EJA.

A oferta de educação básica para todos os cidadãos destaca a segunda função atribuída à EJA, conhecida como função equalizadora.

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas



arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (CURY, 2000, p. 9).

De acordo com o Parecer, a terceira função da EJA é denominada qualificadora, estando diretamente ligada ao conceito de educação permanente.

Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (CURY, 2000, p.11).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na promoção da justiça social, inclusão e igualdade de oportunidades. Ela transcende a mera transmissão de conteúdos acadêmicos, configurando-se como uma ferramenta de transformação social e resgate da dignidade da pessoa humana. Por meio da EJA, indivíduos que não tiveram acesso à educação no tempo regular têm a chance de retomar seus estudos, ampliar suas perspectivas e exercer plenamente sua cidadania.

3.2 A importância da alfabetização

A língua é um sistema social dinâmico, constantemente reconstruído através das necessidades comunicativas e das interações entre indivíduos, conforme discutido por Bakhtin (1997). Para alcançar autonomia na leitura e escrita, os estudantes devem primeiro dominar o sistema de escrita, o que inclui aprender a codificar e decodificar letras e outros símbolos gráficos, como o alfabeto, a grafia das letras, seus nomes e seus sons representativos. Esses conhecimentos fundamentais são essenciais para o desenvolvimento do letramento contextualizado (Soares, 1998).

O processo de aquisição desses conhecimentos deve ser estruturado no ensino escolar, através de diversas abordagens e planejamento de atividades que motivem os estudantes a aprender. Em concordância com Saviani (2003), na escola, a educação deve ser sistemática e cada ação deve ser intencionalmente planejada. Portanto, para alcançar uma alfabetização eficaz, as estratégias educacionais devem inicialmente focar na aprendizagem das convenções sociais da leitura e escrita.

Alfabetização se refere ao processo por meio do qual o sujeito domina o código e as habilidades de utilizá-lo para ler e escrever. Trata-se do domínio da tecnologia, do conjunto de técnicas que o capacita a exercer a arte e a ciência da escrita. Letramento, por sua vez, é o exercício efetivo e competente da escrita e implica habilidades, tais como a capacidade de ler e escrever para informar ou informar-se, para interagir, para ampliar conhecimento,



capacidade de interpretar e produzir diferentes tipos de textos, de inserir-se efetivamente no mundo da escrita, entre muitas outras. (MACIEL; BAPTISTA; MONTEIRO, 2009, p. 30)

Portanto, a decodificação do código escrito é apenas uma das competências envolvidas no desenvolvimento do letramento, como destacado por Albuquerque (2005). O letramento complementa a alfabetização ao proporcionar compreensão dos significados e funções da escrita na sociedade, enquanto a alfabetização foca na aquisição do sistema alfabético.

A alfabetização a partir de fonemas envolve um processo cognitivo complexo, que exige a conscientização das relações entre os sons da fala e suas representações escritas. Enquanto a consciência de segmentos suprafonêmicos, como as sílabas, se desenvolve de maneira espontânea e natural, o desenvolvimento da consciência fonêmica requer uma instrução formal e sistemática, vinculada ao aprendizado de um sistema de escrita alfabético (Morais, 1995). Isso se deve ao fato de que as sílabas são percebidas como unidades discretas da fala, ao passo que os fonemas, por serem mais abstratos, não são facilmente identificáveis sem uma mediação pedagógica explícita.

A consciência fonêmica, fundamental para o sucesso da alfabetização, só pode emergir quando a criança é exposta a instruções claras sobre a estrutura e o funcionamento da escrita alfabética. Como destaca Moraes (1995), a familiarização com o mapeamento entre os sons da fala e os grafemas, ou seja, as letras, é essencial para que a criança compreenda a lógica do sistema de escrita. Essa compreensão, por sua vez, depende de práticas pedagógicas que explicitem essa correspondência de maneira explícita e gradativa.

RENDIMENTO ESCOLAR

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é muito importante. Ela ajuda a entender o conhecimento e o rendimento escolar dos alunos. Segundo Luckesi (2011, p. 34), a avaliação deve ser usada para melhorar o ensino, não para punir.

Essa visão mostra a importância de métodos avaliativos que sejam específicos para a EJA. Esses estudantes enfrentam muitos desafios sociais e econômicos.

Freire (1996) enfatiza a educação libertadora e o papel do educador. A avaliação deve ser um espaço para reflexão e crescimento. Isso permite que o aluno entenda sua jornada educacional e avance.



No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), adotar a perspectiva de Paulo Freire como um educador que valoriza a diversidade identitária implica, entre outras coisas, em construir conhecimentos que levem em conta as múltiplas visões de mundo dos educandos e que promovam o processo de humanização. Segundo Freire (2013), a educação não deve ser vista como um meio de simplesmente conceder consciência aos oprimidos; ao contrário, é por meio da análise crítica e da reflexão sobre suas próprias vidas e experiências que os indivíduos adquirem uma compreensão mais profunda do contexto histórico em que estão inseridos e das percepções de mundo que possuem ou estão desenvolvendo. Freire afirma que esse conhecimento deve ser cada vez mais crítico e embasado na realidade das massas populares, possibilitando uma verdadeira emancipação (FREIRE, 2013, p. 182).

Para Freire, o desenvolvimento de um conhecimento crítico e reflexivo é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nessa perspectiva, a compreensão das experiências passadas e presentes dos educandos, particularmente aqueles que foram historicamente marginalizados, é fundamental para a criação de alternativas que lhes permitam construir um futuro alinhado com seus próprios interesses, e não com os interesses de uma sociedade opressora. Como crítica às práticas educativas que impedem a construção desse conhecimento crítico e reflexivo, Freire cunhou o termo “concepção bancária da educação”, que descreve um modelo em que os alunos são vistos como recipientes passivos a serem preenchidos com informações, em vez de sujeitos ativos em sua própria aprendizagem.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (FREIRE, 2013, p. 64-65).

Usar avaliações que só veem o resultado pode desmotivar. Oliveira (2020) diz que a EJA deve respeitar os ritmos de aprendizagem e as experiências dos alunos. Isso cria um ambiente acolhedor e reconhecedor dos saberes.



Hoffmann (2014) afirma que a avaliação deve ser inclusiva e democrática. Ela deve mostrar os avanços e dificuldades do estudante. Avaliar é entender o processo educativo, buscando melhorar a prática pedagógica.

Adaptar os instrumentos avaliativos à realidade da EJA é essencial. Isso garante que a avaliação seja um meio de aprendizagem, não uma barreira.

A relação entre avaliação e rendimento escolar é importante. Métodos avaliativos baseados em provas padronizadas não captam bem o aprendizado da EJA. Isso ocorre porque não consideram a diversidade de trajetórias e conhecimentos prévios.

Usar estratégias avaliativas flexíveis, como autoavaliação e portfólios, melhora o desempenho e engajamento dos estudantes.

A avaliação na EJA deve ser mais que apenas contar acertos e erros. Ela deve ser um caminho para incluir e estimular o aprendizado. Vasconcellos (2013, p. 72) diz que avaliar é um ato político e pedagógico. Ele afirma que isso exige um compromisso com a formação completa do aluno.

Práticas avaliativas mais humanas e adaptadas ao contexto podem melhorar o desempenho escolar. Elas também ajudam os alunos a ficarem mais tempo na escola.

CONCLUSÃO

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é muito importante. Ela afeta diretamente o sucesso escolar e a permanência dos alunos na escola. Este estudo mostrou que práticas avaliativas tradicionais podem excluir e desmotivar os alunos da EJA.

Por outro lado, métodos avaliativos mais flexíveis e dialógicos são eficazes. Eles valorizam as experiências dos alunos, melhorando sua aprendizagem e participação na escola.

Autores como Luckesi (2011) e Hoffmann (2014) defendem a transformação da avaliação. Eles querem que ela seja um instrumento para mediar o conhecimento, não apenas punir. Freire (1996) também destaca a importância de uma prática pedagógica que respeite os saberes dos alunos e incentive sua autonomia.

Isso mostra que a avaliação na EJA deve ser inclusiva. Ela deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem e ajudar no desenvolvimento integral dos alunos.

Refletir sobre os métodos avaliativos na EJA é essencial. É necessário ressignificar a avaliação para promover uma educação de qualidade. Educadores e



instituições devem se comprometer com práticas avaliativas justas e inclusivas. Assim, a avaliação pode ser uma ferramenta para a aprendizagem significativa e libertadora.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Eliane Maria F. *Alfabetização e Letramento: Reflexões sobre a Prática Pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação de Jovens e Adultos: Percursos e Perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade*. 23. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem: Componentes Básicos da Prática Pedagógica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; BAPTISTA, Myrian Christmann; MONTEIRO, Simone Maria. *A Criança de 6 Anos, a Linguagem Escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos*. Belo Horizonte: UFMG/FaE/CEALE, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4034-crianca-seis-anos-opt&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 out. 2023.



MORAIS, José. *A Arte de Ler: O Cérebro e o Processo de Leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

OLIVEIRA, Marta Regina. *Educação de Jovens e Adultos: Práticas e Desafios*. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, João Paulo; SOUZA, Marlene Andrade. *Avaliação na EJA e Inclusão Educacional: Reflexões para uma Prática Significativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOARES, Magda. *Letramento: Um Tema em Três Gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Para Onde Vai o Currículo?*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2013.

